OPINIÃO

Rio vai muito mal e ainda pode perder R$ 10 bi por ano

Ranulfo Vidigal, página 2

OPINIÃO

Da Ciência básica à aplicada: bloqueio da esquistossomose

Wanderley de Souza, página 2

Monitor mercantil

Rio de Janeiro, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2020

ANO CVII - Nº 28.565

R$ 1,50 (Rio de Janeiro)

R$ 3,00 (outros estados)

Siga twitter.com/sigaomonitor

Acesse monitormercantil.com.br

ISSN 1980-9123

‘Bolsa-agrotóxico’ custa R$ 10 bilhões por ano

Supremo julga constitucionalidade da isenção fiscal no dia 19

O total de benefícios fiscais concedidos aos agrotóxicos, em 2017, se aproximou de R$ 10 bilhões, valor quase quatro vezes maior do que a verba do Ministério do Meio Ambiente. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) divulgou nesta quarta-feira o relatório “Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável”.

Segundo a entidade, o Estado brasileiro concede à indústria de química fina e ao agronegócio isenção de mais de 60% da carga tributária. O ICMS é o tributo responsável pelo maior montante desonerado, com 63,1% do total. A seguir vêm o IPI, com 16,5%, as contribuições sociais PIS/Pasep e Cofins, com 15,6%, e o imposto de importação, com 4,8%.

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o próximo dia 19 o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 5553, que pede o fim da isenção fiscal para agrotóxicos no Brasil. “Estou otimista de que o Ministério Público vai cumprir o seu papel e de que a Justiça acolha a nossa tese de que não se pode dar incentivo fiscal a agrotóxicos porque isso é incentivar o seu uso. É comprometer a saúde, a qualidade de vida e a própria vida. A nossa expectativa é de que a gente consiga derrubar”, afirma o deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), em entrevista ao *Brasil de Fato*.

O PSOL é o autor da ação. Em 2017, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou pela inconstitucionalidade da isenção.

“No caso dos agrotóxicos, as isenções fiscais muitas vezes se perpetuam e são renovadas quase que automaticamente. Este é o caso do acordo 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduz a base do ICMS, o principal tributo sobre mercadorias e serviços, em 60% e que vem sido renovado pelo menos 17 vezes desde que foi promulgado”, afirma o documento da Abrasco, que não encontrou nenhum estudo nacional ou internacional que justifique cientificamente a importância de tal isenção.

Em compensação, os autores encontraram diversos estudos que analisam os custos sociais associados ao uso dos agrotóxicos, podendo variar entre US$ 11 milhões e US$ 89 milhões considerando apenas o custo de intoxicação aguda.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Rodrigues confia na derrubada da isenção no STF

Classe média arca com alíquota maior de INSS em março

A partir de 1° de março, contribuintes do Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) que ganham a partir de R$ 2.089,61 perceberão um desconto maior em seus rendimentos.

Dessa data em diante, passa a valer a nova alíquota progressiva, instituída pela Reforma da Previdência de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro.

Em teoria, a ideia seria desonerar quem ganha menos, transferindo o peso para quem ganha mais. Na prática, quem ganha entre R$ 2.089,61 e R$ 6.101,06 vai arcar com uma alíquota entre 2 e 3 pontos percentuais maior. Ou seja, a classe média é quem será onerada, majoritariamente.

O Governo Federal oficializou as novas faixas de cálculo nesta terça-feira. Para quem ganha até um salário mínimo (R$ 1.045), a alíquota cai de 8% para 7,5%. Para quem ganha entre R$ 1.045,01 e R$ 2.089,60, continuará em 9%.

Para a faixa entre R$ 2.089,61 e R$ 3.134,40, a alíquota sobe de 11% para 12%. Por fim, para contribuintes que recebem entre R$ 3.134,41 e R$ 6.101,06, a alíquota subiu de 11% para 14%.

“O governo busca aumentar a receita nas costas dos trabalhadores, aumentando a alíquota de contribuição dos assalariados. A Previdência Social, para ser adequadamente financiada, precisará de uma organização profunda das bases de seu financiamento”, afirma Clemente Ganz Lúcio, sociólogo e professor universitário e ex-diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Um militar na Casa Civil

Convidado pelo presidente Jair Bolsonaro, o general Walter Souza Braga Netto deverá assumir a Casa Civil, no lugar de Onyx Lorenzoni, que deve ir para o Ministério da Cidadania, atualmente chefiada por Osmar Terra. A informação é do jornal *Folha de S.Paulo*.

Chefe do Estado-Maior do Exército e que, em 2018, foi o interventor militar para a área de segurança no Rio de Janeiro durante dez meses, Braga Netto – caso a indicação seja confirmada – será o sexto, dos 22 ministros, oriundos das Forças Armadas. Além disso, também segundo o jornal paulista, Bolsonaro planeja tornar o almirante Flávio Rocha, atual comandante do 1º Distrito Naval, em um “superassessor” da Casa Civil ou entregar a ele o comando da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

País perdeu 300 mil empresas em quatro anos

Levantamento recente do IBGE mostrou um preocupante dado sobre os cenários econômico e empresarial brasileiros: em 2017, o país fechou mais empresas do que abriu. Foram quase 700 mil companhias encerrando suas atividades, e apenas 676 mil, geralmente pequenas e médias, abrindo as portas. Ou seja, um saldo negativo de 23 mil. O ano de 2017 foi o quarto consecutivo em que o Brasil registrou mais fechamento do que abertura de empresas. Nesse período – de 2014 a 2017 – o país perdeu mais de 300 mil empresas.

O quadro parece ainda mais preocupante quando se analisa o país desde a década de 1960. Nos últimos 56 anos a economia brasileira só teve queda significativa do PIB em apenas seis anos: 1981 e 1983, no fim da Ditadura Militar; em 1990, após a eleição de Fernando Collor, e de 2014 a 2016, no governo Dilma. A ressalva histórica é de Marcos Sardas, sócio e diretor da Exxe consultoria empresarial, especializada em gestão. Ele aponta que, ao olhar esses dados, fica evidente que apesar das diversas crises internacionais e recessões internas, o país mostra ter uma economia “relativamente sólida” e com potencial de recuperação.

Segundo o especialista, porém, a conjuntura econômica atual do país, além do fato de o mundo passar por um momento de demandas reprimidas e crescimentos moderados, constituem um vetor importante para a lentidão de uma recuperação com maior vigor.

“Para diminuir o percentual de desemprego e absorver toda a mão de obra que chega no mercado seria necessário o Brasil crescer a níveis chineses por quatro a cinco anos.”

Varejo cresce pelo 3º ano, mas ritmo diminui

O comércio varejista brasileiro fechou 2019 com um crescimento de 1,8% no volume de vendas. O dado é da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ano passado foi o terceiro consecutivo em que o varejo teve alta. No entanto, apresentou resultado inferior aos de 2018 (alta de 2,3%) e 2017 (2,1%).

Sete das oito atividades do varejo encerraram 2019 com alta. A exceção ficou com o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, que recuou 20,7% em relação ao ano anterior.

Considerando-se o varejo ampliado, que também inclui comércio de veículos e materiais de construção, 2019 registrou alta mais expressiva (3,9%) devido aos avanços de 10% no segmento de veículos, motos, partes e peças e de 4,3% nos materiais de construção.

Em relação à receita nominal, o varejo teve expansão de 5%. O varejo ampliado encerrou 2019 com receita 6,4% maior.

Na passagem de novembro para dezembro, o comércio varejista teve queda de 0,1% no volume de vendas e alta de 0,6% na receita nominal. Já o varejo ampliado apresentou queda de 0,8% no volume de vendas e manteve sua receita estável.

Com base nos dados da PMC, a Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC) estimou nesta quarta-feira crescimento de 5,3% das vendas no varejo ampliado, em 2020. No varejo restrito, que exclui os ramos automotivo e de materiais construção, o indicativo é de alta de 3,5%.

No ano passado, contudo, as previsões da CNC ficaram muito acima dos resultados agora divulgados: 5,6% no varejo ampliado e 3% no restrito.

LEILÃO & COMPANHIA

Apartamento no Leblon vai a pregão ainda nesta semana

Lydia Gonzalez, página 4

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 4,3557
Dólar Turismo	R$ 4,4970
Euro	R$ 4,7365

Cotações das moedas fornecidas pela plataforma BomCâmbio

IGP-M	2,09% (dezembro) 0,30% (novembro)
IPCA-E RJ (dez.) SP (set.)	 0,15% 1,32%
Iuan	R$ 0,6246
Ouro (gr)	R$ 219,40
Selic	4,25%
Hot Money	0,82% a.m.

Respirando por aparelhos

O Estado do Rio de Janeiro, a segunda unidade econômica da federação brasileira (11% do PIB nacional), vai receber neste Carnaval uma enorme quantidade de turistas/foliões, mas ainda enfrenta uma grave crise fiscal/financeira/ambiental, com desdobramentos sociais profundos no cotidiano de seus 16 milhões de habitantes.

Uma simples análise rápida do mais recente Boletim do Programa de Recuperação Fiscal do governo estadual aponta receita tributária em queda, forte retração nos investimentos em infraestrutura e um contingente de restos a pagar de gestões anteriores de aproximadamente R$ 18 bilhões (equivalente a 30% dos R$ 63 bilhões efetivamente gastos pela atual administração em 2019).

Pressionado pela opinião pública e pelo Poder Legislativo estadual, o governador trocou a direção da Cedae, diante da completa anarquia no sistema de abastecimento de água na Região Metropolitana do Rio. O saneamento básico é um luxo restrito aos apartamentos existentes nos condomínios dos bairros mais caros da Cidade Maravilhosa.

Na visão do economista Carlos Lessa, no clássico, de 2001, Rio de todos os Brasis, tanto o carioca, quanto o cidadão fluminense padecem de uma cidadania restrita e um clientelismo urbano. A cidade do Rio, campeã do desemprego nos anos recentes, convive com o subemprego/precarização, forçando o morador da cidade símbolo internacional da América Latina a optar pelas formas mais amplas de criatividade para sobreviver, diante de tantas dificuldades e iniquidades.

Entretanto, não há nada que não esteja ruim que não possa piorar. Em 29 de abril próximo, o STF julga a liminar que redistribui os recursos da indenização petrolífera – os royalties. A chance do Rio perder este contencioso é alta. Segundo o estudo da Fipe/USP, o Estado do Rio de Janeiro e seus municípios produtores de petróleo nas Bacias de Campos e Santos perderão, anualmente, cerca de R$ 10,6 bilhões.

Ao Deus-dará. O Rio é uma cidade que seduz, mas de dia falta água, pela tarde chove horrores e à noite falta luz. Possui uma elite dirigente pouco eficaz, mas um povo extraordinário, universidades de ponta, cultura popular de raiz, o carnaval, o futebol, muita biodiversidade e belas praias. Vai dar a volta por cima, apesar dos pesares…

❑ ***Ranulfo Vidigal***
Economista.

Capacidade de expor ideias vai decidir as eleições de 2020

Dizer que o país vive uma nova política talvez não seja consenso, mas afirmar que existe um novo tipo de campanha eleitoral parece não haver mais dúvidas. Desde a última eleição, quando as redes sociais tiveram um papel fundamental, este conceito se solidificou, e as regras recém-divulgadas para o pleito deste ano vieram na direção de reforçar ainda mais o potencial desta ferramenta.

Velhas práticas, como a distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas e outros itens, estão proibidas. Também não será permitida a fixação de faixas, cartazes, placas e pinturas em muros. Dessa forma, as redes sociais levarão a campanha definitivamente para o vídeo.

É nesta hora que sairão na frente os concorrentes que tiverem maior capacidade de apresentar de maneira clara suas ideias e sua visão de futuro. A atividade política é uma das que mais exigem de seus praticantes a habilidade de convencer pessoas, quer seus eleitores ou seus pares, por meio da comunicação.

Principalmente num cenário no qual o que eles disserem estará imediatamente distribuído para as palmas das mãos de milhares de simpatizantes ou não de sua candidatura. Em nenhum momento nos últimos tempos os candidatos precisaram investir tanto em aprimoramento de sua comunicação como será necessário nessa campanha de 2020.

Para alcançar o sucesso neste novo formato de fazer campanha é necessário ampliar de forma exponencial a capacidade de persuasão. Ela é uma competência complexa. Não se trata apenas de falar as coisas corretamente, defender posições polêmicas, ser coerente e nem de apresentar os fatos com sacadas divertidas. Convencer é plantar uma semente na mente de um interlocutor que vai precisar de tempo para germinar.

É preciso adequar a linguagem ao público, buscar objetividade, ter clareza de propósito, uma postura convincente, um tom de voz firme, estratégia de roteiro, controle emocional e muito mais. Sem o desenvolvimento consciente e contínuo dessas habilidades, a chance de sucesso é ínfima.

Quem almeja garantir em outubro uma cadeira nas prefeituras ou câmaras municipais a partir de 2021 e ainda não se preocupou com isso está muito atrasado. Isto porque a legislação atual permite que, se tudo estivesse preparado, sua campanha já estivesse nas redes sociais.

Tecnicamente, a propaganda eleitoral é oficialmente permitida somente a partir do dia 16 de agosto. Mas a legislação autoriza, desde as últimas eleições, os pré-candidatos a iniciarem suas corridas em busca do eleitorado. A largada eleitoral já foi dada. É hora de correr e pedir apoio profissional para conquistar o quanto antes todo o apoio político que você vai precisar.

❑ ***André Arcas***
Consultor especializado em técnicas de apresentação (coach de palco) da Arcas Treinamentos.

Due diligence na aquisição imobiliária

A due diligencia pode ser definida como um processo administrativo prévio onde será realizada a busca de documentos para posterior auditoria, procedimento esse que se mostra indispensável a resguardar a segurança das partes na negociação envolvendo a compra e venda de imóveis.

O procedimento engloba a busca de certidões tanto do imóvel quanto dos vendedores. Do primeiro, a pesquisa é realizada basicamente perante o registro imobiliário, prefeitura, concessionárias de serviço público (energia, água, gás etc) e também junto ao condomínio.

A pesquisa documental dos vendedores, incluindo os respectivos cônjuges, cinge-se às certidões negativas (de execução e distribuição) perante a justiça estadual, federal e do trabalho, além das certidões negativas de débitos junto às Fazendas Municipal, Estadual e Federal, bem como a pesquisa perante os cartórios de protesto, declaração de participação societária ou vínculo empregatício urbano ou rural.

Na hipótese de o vendedor ser pessoa jurídica, além das certidões listadas acima referentes aos sócios, há necessidade de exibição do contrato social (última alteração), ata de autorização do conselho de administração da empresa autorizando a venda do imóvel, documentos pessoais dos sócios, certidão de regularidade da empresa na Junta Comercial do Estado e/ou Cartório de Pessoas Jurídicas e na Receita Federal para apuração de regularidade do pagamento dos impostos incidentes sobre o vínculo empregatício (INSS e FGTS). Nesses casos, por cautela, deve-se proceder à pesquisa em nome da pessoa jurídica e dos sócios a fim de deixar o comprador totalmente resguardado.

Realizada a busca documental, proceder-se-á análise dos mesmos, a fim de que sejam identificadas as variáveis do negócio. Para tanto, o auxílio de um advogado se faz indispensável, já que o mesmo poderá apontar com mais propriedade todos os riscos envolvidos na transação que se pretende implementar.

Muito se fala hoje na mitigação da realização da due diligence envolvendo a compra e venda de imóveis. Isso porque, com a edição do artigo 54 da Lei 13.097/15 e da Súmula 375, do STJ, para que haja risco no negócio imobiliário, deverá existir registro de penhora na matrícula imobiliária.

O artigo trouxe importante alteração na eficácia de negócios jurídicos que tenham como finalidade constituir, transferir ou modificar direitos reais, frente a atos jurídicos precedentes que não foram averbados na matrícula do imóvel. Vejamos:

Art. 54. Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel as seguintes informações:

I – registro de citação de ações reais ou pessoais reipersecutórias;

II – averbação, por solicitação do interessado, de constrição judicial, do ajuizamento de ação de execução ou de fase de cumprimento de sentença, procedendo-se nos termos previstos do art. 615-A da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil;

III – averbação de restrição administrativa ou convencional ao gozo de direitos registrados, de indisponibilidade ou de outros ônus quando previstos em lei;

IV – averbação, mediante decisão judicial, da existência de outro tipo de ação cujos resultados ou responsabilidade patrimonial possam reduzir seu proprietário à insolvência, nos termos do inciso II do art. 593 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no Registro de Imóveis, inclusive para fins de evicção, ao terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel, ressalvados o disposto nos arts. 129 e 130 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e as hipóteses de aquisição e extinção da propriedade que independam de registro de título de imóvel."

O STJ, após reiterados precedentes (Resp 865974; Resp 810170; Agresp 1046004 dentre outros), editou a Súmula 375, nos seguintes termos: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente."

No entanto, entendemos que a due diligence não foi abolida das transações imobiliárias, já que a lei que determinou a concentração dos atos na matrícula imobiliária comporta exceções à regra.

Em que pese a desburocratização do procedimento previsto na legislação atual, a due diligence continua com sua importância a fim de imprimir às negociações a boa-fé que permeia os negócios jurídicos, evitando surpresas e riscos aos compradores no futuro. Nesse contexto, aquele que agiu com cautela e precaução na celebração do negócio estará sempre garantido, já o negócio entabulado gozará de estabilidade e segurança jurídica.

❑ ***Daniele Caroline Vieira Lemos de Souza***
Advogada, integra o escritório Pazzoto, Pisciotta & Belo Sociedade de Advogados.

Da Ciência básica à aplicada: bloqueio da esquistossomose

A esquistossomose é uma das mais emblemáticas doenças parasitárias causadas por helmintos no Brasil. Afinal, desde a Escola Tropicalista Baiana, liderada neste campo pela marcante figura de Pirajá da Silva, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, sempre despertou o interesse de vários grupos de pesquisa tanto nas ciências básicas como na clínica e terapêutica.

Nos meus tempos de aluno da Faculdade de Medicina da UFRJ, tive a oportunidade, no saudoso pavilhão Carlos Chagas, de acompanhar pacientes portadores dessa parasitose. Com as medidas de controle da transmissão e avanços no tratamento com drogas mais específicas, a infecção pelo Schistosoma mansoni foi reduzida significativamente no Brasil.

Cabe lembrar que a infestação se dá quando as formas infectivas, chamadas de cercárias, são liberadas na água de rios como resultado da infecção de caramujos por miracídios e entram em contato com o homem. Os miracídios são formados a partir dos ovos do parasita eliminados pelos portadores da doença. O controle e/ou eliminação da população dos caramujos tem se mostrado efetiva.

Pesquisas podem rapidamente chegar à aplicabilidade no controle de doenças

Por outro lado, o uso do Praziquantel (derivado da pirazioisoquinolona) melhorou em muito o tratamento. Ressalto ainda que além do S. mansoni há outras espécies, como o S. hematobium e o S. japonicum, que continuam causando sérios problemas na África e na Ásia.

Os últimos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam para a existência de 200 milhões de infectados e de cerca de 700 milhões com possibilidades reais de serem infectados. Por outro lado, já há descrição de cepas do parasita resistentes a essa droga. Logo, é fundamental que se aprofundem os conhecimentos sobre este grupo de helmintos visando desenvolver novas alternativas de controle da transmissão, novas drogas para o tratamento da doença e uma vacina que a previna.

Pela sua importância a esquistossomose é considerada pela OMS como uma das "doenças negligenciadas" que requerem apoio prioritário para novas pesquisas pelas instituições de fomento públicas e privadas.

Recentemente, houve um avanço com grande potencial de interferência nas medidas de controle da infecção. Há cerca de 40 anos os pesquisadores M. Stirewalt e F.A. Lewis, trabalhando no Biomedical Research Institute, em Rockville, USA, verificaram que a taxa de infecção por cercarias era consideravelmente reduzida em uma colônia de caramujos que convivia com uma colônia de rotíferos. A presença dos rotíferos levava a uma diminuição na liberação de cercarias que, por sua vez, apresentavam menor motilidade e capacidade de infecção experimental em camundongos.

Os rotíferos são animais microscópicos bastante abundantes no zooplâncton, especialmente em água doce. Algumas espécies de rotíferos foram cultivadas pelo grupo liderado por vários pesquisadores trabalhando em diferentes instituições norte-americanas, que conseguiram purificar uma molécula relativamente pequena (273 Dalton) do grupo dos alcaloides tetracíclicos que é capaz de paralisar as cercarias e bloquear sua capacidade infectiva, abrindo novas perspectivas para um controle mais efetivo da transmissão.

Esses estudos constituem um belo exemplo de conjugação de pesquisas básicas que podem rapidamente chegar à aplicabilidade no controle de doenças negligenciadas. Maiores informações em: doi.org/10.1371/journal.pbio.30000485

❑ ***Wanderley de Souza***
Professor titular a UFRJ, é membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

Acurcio Rodrigues de Oliveira (em memória)
Diretor-Presidente

Marcos Costa de Oliveira
Diretor de Redação

Monitor mercantil
Empresa jornalística fundada em 1912

Administração/Redação/Oficinas
Rua Marcílio Dias, 26 - CEP 20221-280
Telefone: (21) 3849-6444

Monitor Mercantil digital
www.monitormercantil.com.br

Correio eletrônico
Redação:
redacao@monitormercantil.com.br
Negócios e Empresas
empresas@monitormercantil.com.br
Monitor Financeiro:
monitorfinanceiro@monitormercantil.com.br
Pautas:
pautas@monitormercantil.com.br
Cartas:
cartas@monitormercantil.com.br
Publicidade:
publicidade@monitor.inf.br
Gráfica:
grafica@monitormercantil.com.br

São Paulo
Administração/Redação/Comercial
Avenida São Gabriel, 149/902
Itaim - CEP 01435-001
Telefones: (11) 3165-6192
(11) 3165-6233 / 3165-6252
Fax: (11) 3168-6817
Correio eletrônico: monitor.interpress@hipernetelecom.com.br

Brasília
Armazém de Comunicação
SCS – Ed. Denasa S/1301
Tel/Fax: 61-33213440
CEP: 70398-900
e-mail:armazem@armazemdecomunicacao.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Mineiro
João Paulo de Almeida Magalhães
(em memória)

José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro
Theotonio dos Santos
(em memória)

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais Brasil

Assinatura: **assinatura@monitormercantil.com.br**

Assinatura trimestral	R$	99,00
Assinatura semestral	R$	198,00
Assinatura anual	R$	396,00
Avulso (RJ)	R$	1,50
Avulso (outros estados)	R$	1,80

Carga tributária aproximada de 14%

Distribuidor em Brasília: Mídia Distribuidora de Jornais Ltda.
ADE 28 Lote 11 Águas Clara
CEP: 71991-360 - Brasília - DF
Tel.: 55(61) 3204-0888 - Fax: 55(61) 3204-0801
midiadistribuidora@grupomidia.com.br / www.grupomidia.com.br

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal
Serviços noticiosos: Agência Brasil, Latino Americana

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
e Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Construção acende alerta para bolha de crédito

O FMI colocou em números o que todo mundo aprendeu na crise do subprime, em 2008: o rápido crescimento de crédito na construção nunca termina bem. Na Espanha, o crédito do setor privado como parcela do PIB quase dobrou entre 2000 e 2007. Esse aumento foi acompanhado por uma alta nos preços da habitação, que dobraram em termos reais no mesmo período. A economia como um todo também cresceu em um ritmo recorde. Mas, em 2008, a bolha de crédito da Espanha estourou, seguindo a crise norte-americana, e, com ela, surgiram inadimplências, falências bancárias e uma desaceleração econômica prolongada.

"Concluímos que os sinais da atividade de construção podem ajudar a distinguir os 'booms' perigosos, que precisam ser controlados, dos episódios de crescimento de crédito dinâmico, mas saudável", diz o FMI. Um aumento de 1 ponto percentual no crescimento da produção e do emprego no setor de construção durante um boom aumenta a probabilidade de a expansão ser ruim em 2 e 5 pontos percentuais, respectivamente.

A construção é o único setor que se comporta de maneira consistente de maneira diferente entre booms de crédito bons e ruins. Em média, a produção e o emprego no setor da construção crescem entre 2 e 3 pontos percentuais mais em expansões ruins do que em boas. Em todos os outros setores, a diferença não é significativa.

O que isso ensina para o Brasil? A queda de juros básicos (Selic) foi acompanhada pelas taxas de financiamento imobiliário (nas demais modalidades de crédito, a redução foi risível). Assim, a construção de imóveis é uma das poucas esperanças de melhora na dinâmica da economia. A redução dos juros também afeta a remuneração dos rentistas, acostumados ao ganho fácil na renda fixa. Isso contribui para maior procura por imóveis para investir.

Duas novidades no mercado brasileiro merecem ser olhadas com lupa. A primeira é o financiamento imobiliário com taxa indexada à inflação. Isso já resultou em encrenca no passado e é um risco grande de inadimplência em caso de alta da inflação. O segundo, a intenção do governo de liberar uso de imóveis como garantia de empréstimos. A crise do subprime nos EUA começou aí.

Não há sinais de um boom no crédito imobiliário no Brasil. Mas a experiência mundial, como comprovou o FMI, exige cautela.

Culpados e inocentados

Harald Joachim von der Goltz é o primeiro contribuinte dos EUA a se declarar culpado de acusações de sonegação de impostos e lavagem de dinheiro decorrentes dos Panama Papers, denúncia do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) em 2016.

Von der Goltz, uma das quatro pessoas acusadas nos EUA, era cliente de longo tempo da empresa panamenha Mossack Fonseca, pivô do escândalo. Os promotores norte-americanos acusam Harald Goltz de fazer parte de um esquema de décadas para fraudar os EUA.

No Brasil, todos os nomes que apareceram na denúncia vão bem, obrigado.

Adeus

Será nesta sexta, às 11h, a Missa de Sétimo Dia do repórter fotográfico Ivanoé Gomes Pereira. Nascido em 3 de maio de 1946, era um profissional querido no Rio de Janeiro, especialmente na Associação Comercial (ACRJ), famoso por sua bagagem cultural e companheirismo. Ivanoé faleceu dia 9. A missa será na Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso (Centro do Rio, próxima à Rua Santa Luzia).

No alvo

A coluna é sempre crítica com os prestidigitadores do mercado. Então, vale reconhecer quem acerta. Como publicado aqui ontem, as projeções do FGV Ibre para vendas do varejo no ano passado, comparado com 2018, bateram com os resultados oficiais do IBGE: alta de 1,8% (varejo restrito) e 3,9% (ampliado).

O mundo gira

Ano passado, um desses jovens palpiteiros da rádio Velho Tantã "desqualificou" (erroneamente) Greenwald de ser correspondente da CNN. Ganha 1 dólar quem acertar qual TV contratou o palpiteiro esse ano. Começa com CN e termina com N.

Rápidas

Em 16, 17 e 18 de março ocorre a SRE Trade Show – 32ª Super Rio Expofood, exposição e conferência do setor alimentício realizado anualmente no Riocentro pela Associação de Supermercados do Rio (Asserj). A expectativa é receber mais de 50 mil profissionais do ramo. Detalhes em superrioexpofood.com.br *** O espetáculo teatral Bumba meu Mito, baseado num diálogo com a antiguidade grega clássica, está no Projeto Vitrine Uerj. Detalhes em facebook.com/events/2376794209298134

Guedes é contra dólar baixo

Para ministro, até empregada doméstica estava indo para Disney

O dólar mais alto é "bom para todo mundo". A avaliação foi feita pelo ministro da Economia, durante evento em Brasília, nesta quarta-feira, acrescentando que com cotação mais baixa, "todo mundo" estava indo para a Disney, nos Estados Unidos, inclusive "empregada doméstica". A moeda norte-americana bateu o quarto recorde consecutivo em relação ao real, encerrando o dia vendida a R$ 4,3505, em alta de 0,55%.

Após recomendar que brasileiros viajem pelo Brasil, Guedes disse que o mix de juros baixos e câmbio alto é bom, porque aumenta as exportações e substitui importações, inclusive no turismo. E recomendou que os brasileiros viajem pelo Brasil.

"O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a R$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear o Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver".

Em novembro do ano passado, em entrevista coletiva, depois de evento no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, o ministro também minimizou o recorde do dólar comercial, que atingiu R$ 4,213. Ele afirmou que o Brasil tem uma moeda que caminha para a conversibilidade, cuja cotação "às vezes varia, às vezes sobe um pouco, às vezes cai um pouco, não tem problema nenhum."

Reforma tributária

O ministro da Economia também afirmou nesta quarta-feira que o governo deve enviar ao Congresso Nacional proposta para a reforma tributária, "acoplável" ao texto que está em tramitação. Após reunião extraordinária com secretários estaduais de fazenda, integrantes Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o ministro disse que o governo vai enviar uma proposta de criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com unificação de tributos sobre consumo.

"Está indo super bem. Estamos mandando um IVA dual. Eles [os estados], por sua vez, tem as propostas de como fazer a deles. Vamos mandar a nossa, mas acoplável. Começa em duas semanas, está chegando um pedaço, que é o IVA dual, vamos entrar com PIS, Cofins, e vai andar tudo direitinho", disse.

O secretário de Fazenda do Pernambuco e coordenador do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, disse que o ministro quer construir uma proposta conjunta com os estados. "Ele disse que não quer mandar uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] isolada. A proposta dele será construída em conjunto com os estados", explicou, acrescentando que foi formado um grupo de trabalho para debater sobre a reforma.

Padilha disse que o ministro sugeriu a retirada dos municípios da proposta, mas os secretários consideram importante fazer a reforma com todos os entes da federação. Outra proposta do governo federal, segundo no secretário, seria a criação de um fundo para compensação de perdas de arrecadação. "Pela proposta do governo de um IVA dual, a União ficaria com uma alíquota e os estados com outra. Diferente da nossa [dos estados], que um IVA único dividido para estados e municípios e União".

O secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Tajra Fonteles, disse que o ministro não deixou claro como será o envio da proposta do governo federal, se por meio de PEC, por exemplo. "O ministro disse que vai fazer sugestões ao texto que já está tramitando". Fonteneles acrescentou que a reforma tributária gera necessidade de compensação para alguns estados e municípios e isso poderá ser resolvido com uma descentralização de recursos, por meio da proposta do governo federal de um novo pacto federativo. "A ideia é que haja a união das duas agendas [reforma tributária e Pacto Federativo] para que seja viável a reformulação do sistema tributário nacional", disse.

Bancos da China oferecem US$ 50 bi para controle do coronavirus

Os bancos da China forneceram apoio de crédito no valor de mais de 349 bilhões de iuanes (US$ 50,06 bilhões) até o meio-dia desta terça-feira (11), com o fim de ajudar as empresas a restaurar a produção em meio à luta contra o surto do novo coronavírus.

Os bancos já reduziram as taxas de serviço bem como juros de empréstimos para empresas que sofreram o impacto do surto, informou a Associação dos Bancos da China. Empresas dos setores de atacado, varejo, *catering*, logística e turismo, bem como fabricantes de trabalho intensivo que mais sofreram com o choque da epidemia serão beneficiados pelas políticas preferenciais, de acordo com a associação.

Enquanto isso, as instituições bancárias doaram 1,75 bilhão de iuanes e suprimentos de 7,4 milhões de itens para o controle da epidemia, conforme a agência Xinhua. A associação continuará orientando os bancos a fornecer mais apoio de crédito e melhores serviços financeiros em meio aos esforços da prevenção e controle da epidemia no país.

Os gigantes globais de serviços financeiros estão intensificando doações para ajudar o país a combater o surto do novo coronavírus. James Paradise, chefe da divisão de valores mobiliários da Ásia-Pacífico da Goldman Sachs, disse que está confiante que a China possa lidar com sucesso com o desafio e garantiu que a empresa está disposta a ajudar.

O banco de investimentos prometeu oferecer doações no total de US$ 1 milhão para ajudar nos esforços de controle do vírus. O Morgan Stanley e o J.P. Morgan Chase também anunciaram doações no valor total de US$ 1 milhão cada para ajudar o país a superar o período difícil.

"É importante darmos as mãos, reunirmos nossos recursos e superarmos as dificuldades", disse Mark Leung, CEO do J.P. Morgan China. Toshiyasu Iiyama, chefe do Comitê da China na Nomura Holdings, apreciou os esforços do país no combate ao novo coronavírus e expressou seu respeito ao pessoal médico chinês. A empresa doou 1,5 milhão de iuanes (US $ 215.150) para ajudar no controle da epidemia.

BP quer reduzir impacto ambiental, mas não disse como

Diante da crescente pressão para reduzir seu impacto ambiental, a gigante britânica de hidrocarbonetos BP prometeu nesta quarta-feira alcançar a neutralidade do carbono em 2050. Segundo a AFP, a empresa segue muito imprecisa sobre como pretende alcançá-la. "Precisamos de uma transição rápida para a neutralidade do carbono. Sem dúvida, será um desafio, mas também uma oportunidade fabulosa", afirmou Looney, em um evento em Londres, na tarde desta quarta-feira.

Os grupos de petróleo, uma das indústrias mais poluentes do planeta, enfrentam uma pressão cada vez maior da opinião pública e de movimentos ambientais para se envolverem na luta contra a crise climática. O "projeto" é liderado pelo novo diretor-geral do grupo, Bernard Looney, no cargo há uma semana. A meta dele é "reinventar a BP". No comunicado, a BP afirmou que seu compromisso envolverá tanto as emissões de gases causadores do efeito estufa liberadas por suas próprias operações, quanto as relacionadas ao petróleo e ao gás que produz.

A empresa deu, porém, poucas informações sobre as medidas que pretende aplicar para atingir seu objetivo, a menos que queira aumentar a proporção, ainda muito limitada, de seus investimentos em atividades mais ecológicas. Sem divulgar números, a BP estimou este percentual em cerca de 5%.

Além disso, o grupo afirmou que queria reduzir em 50% até 2050 a intensidade de carbono dos produtos que vende para seus clientes e reduzir as emissões de metano, gás de efeito estufa muito mais poderoso que o CO_2, de todas as suas operações de produção de hidrocarbonetos.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Luciana de Oliveira Leal Halbritter - Juiz Titular do Cartório da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115, Salas 201 203 205 A CEP: 20020-970 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2246 e-mail: cap06vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Sumário (CADASTRO OU CONVOLAÇÃO ATÉ 17.03.2016) - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0199474-22.2015.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARILIA; LUIZ CARLOS MACHADO em face de KIM ENGEL, objetivando intimação. Assim, pelo presente edital INTIMA o réu KIM ENGEL e ALINE DIAS DE OLIVEIRA sobre as das datas do leilão, quais sejam, a 1º parça em 12.03.2020, às13:30 horas, e a 2ª praça no dia17.03.2020, às13:30 horas, no escritório situado na Avenida Nilo Peçanha, nº 12 - Grupo 810. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos três dias de fevereiro de dois mil e vinte . Eu, __ Marta de Oliveira Gomes - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/21903, o subscrevo.

DÉCIMA SÉTIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

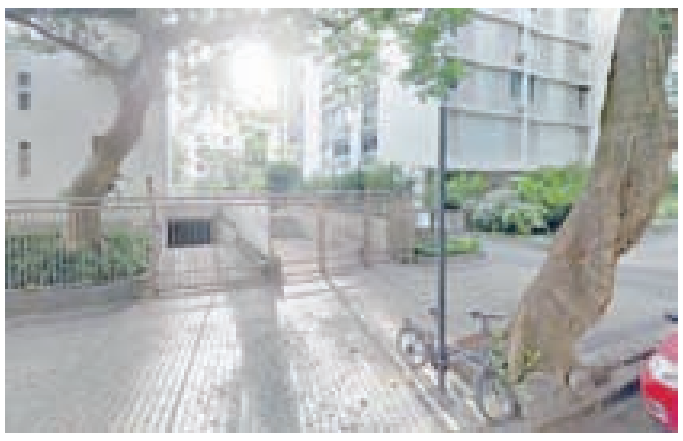
O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Leonardo de Castro Gomes - Juiz Titular do Cartório da 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av Erasmo Braga, 115 Corr C/ SALA 210 CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 31332375 e-mail: cap17vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, de nº 0085215-43.2017.8.19.0001, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GARAGEM DO CARMO em face de DANIELA MONTENEGRO DE QUEIROZ LIMA, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA o réu DANIELA MONTENEGRO DE QUEIROZ LIMA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove. Eu, __ Marcos Antonio Vargas - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/30933, digitei. E eu, __ Marceli da Silva Argento - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/31466, o subscrevo.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL
DE CAMPO GRANDE
RUA CARLOS DA SILVA COSTA, 141 1º ANDAR,
FÓRUM – CAMPO GRANDE/RJ
C.E.P.: 23050-203 - Tel.: (21) 3470-9669
E-mail: cgr04vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, MOVIDA POR MIRIAN VIEIRA BARCELLOS e outros em face MURILO VIEIRA BARCELLOS e outros - PROCESSO Nº 0013226-83.2013.8.19.0205, na forma abaixo:

O(A) Doutor(a) **ERICA BATISTA DE CASTRO** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) condômino(s) supramencionado(s) que será realizado o público Leilão **pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NAS MODALIDADES PRESENCIAL E ELETRÔNICA: O Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, será no dia 05/03/2020 às 16:00h, e, o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, no dia 10/03/2020 às 16:00h, realizado Leilão Eletrônico no portal eletrônico do Leiloeiro www.alexandroleiloeiro.com.br e, o Leilão Presencial, na forma simultânea, será realizado no Átrio Da Comarca De Campo Grande, situado na Rua Carlos da Silva Costa, 141, Campo Grande – Rio de Janeiro/RJ. DO BEM A SER LEILOADO: LOTE 02:** Conforme o Laudo de Avaliação de fls. 227e: **Prédio residencial, na Rua Pouso Alegre, 275 – Campo Grande – Rio de Janeiro/RJ. Registrado no 4º RGI sob o nº 35709 e na Prefeitura sob o nº 0.674.538-4. (...)** AVALIO de forma indireta em **R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais). LOTE 03:** Conforme o Laudo de Avaliação de fls. 248e: **Fração de 1/3 do imóvel na Rua Donegal, lote 11, quadra B – Campo Grande – Rio de Janeiro/RJ. Registrado no 4º RGI sob o nº 103753 e na Prefeitura sob o nº 0.067.460-5. (...) AVALIEI em R$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais).** Informações podem ser obtidas nos seguintes locais: Site: www.alexandroleiloeiro.com.br. Telefone: (21) 3559-2092 – (21) 97500-8904. E-mail: contato@alexandroleiloeiro.com.br. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA AFIXADO NO FÓRUM, NOS AUTOS MENCIONADOS E NO SITE DO LEILOEIRO**, sendo uma das vias afixadas no local de costume do Fórum. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 2020. Eu, digitei __, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo __. (ass.) **ERICA BATISTA DE CASTRO** – Juiz de Direito.

LEILÕES & COMPANHIA

Lydia M.M. Gonzalez
lydiammgonzalez@gmail.com



Apartamento no Leblon

Moradas no Rio

Vários imóveis serão apregoados nesta quinta-feira (13) às 12h, de forma presencial e online no auditório do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, situado na Avenida Erasmo Braga, 227, sala 1.008, Castelo (RJ), e no website rymerleiloes.com.br do leiloeiro Jonas Rymer. Os imóveis serão vendidos a quem mais der acima da avaliação, ou na segunda-feira (17), no mesmo horário e local, a quem mais der a partir de 50% da avaliação.

O investimento pode ser feito no apartamento 101, do edifício situado na rua Professor Sabóia Ribeiro, 69, no Leblon, com direito a uma vaga na garagem – construção de 1974, com 101m² de área oficialmente edificada.

O prédio tem jardim frontal; três elevadores; portaria com funcionamento 24 horas, equipada com interfone e sistema de câmeras de segurança; um salão de festas com cozinha e banheiro; um salão de uso comum, com banheiro; área externa com pequena piscina.

O apartamento tem sala, cozinha, área de serviço, dependências de empregada (quarto e banheiro), banheiro social, três quartos, sendo um deles suíte, equipado com hidromassagem. Está localizado em bairro nobre da Zona Sul da cidade do Rio.

O lance inicial está em R$ 1,790 milhão. A venda será efetuada à vista. Caso haja proposta, por escrito, de venda do referido bem em parcelas, nos termos do art. 895, I e II do CPC, que seja permitido o parcelamento. Está autorizado que possa ocorrer, alternativamente, o pagamento inicial (e imediato) de 30% do valor lançado, com a complementação no prazo de 48 horas.

Os interessados em participar do leilão terão a opção de oferecer lances pela internet, em tempo real e em igualdade de condições dos participantes presentes, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados para participar deste leilão.

Há outros imóveis no Rio de Janeiro, que serão apregoados por Jonas Rymer neste mesmo dia, como duas salas comerciais no Centro, uma por R$ 21 mil e outra por R$ 89 mil; apartamento no Centro, por R$ 100 mil; apartamento com vaga de garagem em Olaria, por R$ 149.677,80; apartamento em Vila Isabel, por R$ 267.500,00; casa na Barra da Tijuca, por R$ 1.184.023,00; apartamento em Copacabana, por R$ 454.379,05.

O pregão da semana seguinte, marcado para quarta-feira (19) é do apartamento na Rua Elzir de Almeida Brandão, 113, em Santa Rosa, Niterói, por R$ 250.688,47, e do apartamento na Rua Duvivier, 43, em Copacabana, por R$ 1.661.786,90.

Outros imóveis estão para terem suas datas marcadas, atualizando a agenda dos Rymer. Outras informações também podem ser encontradas no escritório da Avenida Erasmo Braga, 227, grupos 1.110 e 1.111, Centro (RJ).

Acervos de residências e coleção de Muranos

Peças em vidro com Felix Conrado

O leiloeiro Felix Conrado Gassiebayle tem um acervo residencial para ser apregoado online no Rio de Janeiro, nesta sexta-feira (14) às 19h30, com destaque para uma coleção de vidros de Murano. A exposição, somente com agendamento prévio nesta quinta-feira (13), na Rua Inhangá, 45, e na sexta-feira (14) das 12h às 14h, na Avenida São Sebastião 249, Urca. Catálogo com fotos e demais informações no website conradoleiloeiro.com.br e no escritório à Rua Anita Garibaldi, 29, loja B, Copacabana (RJ).

A leiloeira Ana Paula Defanti Farias Mello, companheira do leiloeiro Conrado na equipe, fará seu leilão residencial na Barra da Tijuca (Avenida Lúcio Costa, 3.604, apartamento 301 bloco1) com parte do acervo de um espólio familiar. A exposição acontecerá nesta quinta e sexta-feira (13 e 14) com agendamento prévio.

O pregão somente online será na segunda e terça-feira (17 e 18) a partir das 20h, com diversos itens de decoração, colecionismo, curiosidades, como lustres, prataria, metais, vidros, cristais, discos de vinil, mobiliário e eletrodomésticos, que fazem parte dos lotes. Informações no website da leiloeira (anamelloleiloeira.com.br), onde se encontra o catálogo com fotos e descrição de cada peça.

Depósito abandonado, oportunidade ímpar

Um leilão de oportunidade ímpar vai acontecer no depósito de São Gonçalo, Rio de Janeiro, para pagamento das dívidas. É necessário estar muito atento às condições desta venda especial em leilão; não serão aceitas reclamações após encerramento. A exposição será de segunda a sexta-feira, das 11h às 16h. O leiloeiro Felix Conrado Gassiebayle lembra para as novas regras dos correios brasileiros para transporte de encomendas. Todas as obras são atribuídas, praticamente tudo a lance livre neste exclusivo leilão relâmpago, onde tudo será vendido. A primeira noite será na quarta-feira (19), às 19h30, no escritório à Rua Anita Garibaldi, 29, loja B, Copacabana (RJ).

Bens duráveis: compra ajudou a suavizar queda em consumo de famílias

O Índice de Consumo das Famílias (ICF-RJ) registrou, em janeiro, queda de 0,8 ponto em relação a dezembro, depois de ter apontado redução igual a 4,1 pontos na passagem entre novembro e dezembro. A taxa, que atingiu o valor igual a 83 pontos em janeiro deste ano, encontra-se 4,9 pontos abaixo do observado no mesmo mês de 2019. O levantamento é do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, apurado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

As duas reduções registradas podem ter sido resultado do ruído provocado pelo atraso no pagamento da segunda parcela do 13º dos funcionários da prefeitura, bem como a divulgação do atraso no pagamento dos salários dos funcionários das Organizações Sociais (OS) que administram os equipamentos públicos de saúde da cidade.

O item momento para duráveis, que cresce desde agosto de 2019, contribuiu para mitigar a queda do índice e foi influenciado pela queda da taxa de juros observada também a partir de agosto, quando a autoridade monetária iniciou o ciclo de afrouxamento monetário.

Com as duas quedas sucessivas, as médias móveis de 3 e 12 meses registraram desaceleração da melhora do indicador, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

O ano de 2020 não contará com os estímulos de demanda (liberação dos PIS-PAsep e FGTS) adotados pelo governo federal em 2019 para estimular o crescimento econômico. Desta forma, a recuperação da confiança do consumidor será ainda mais importante para transformar a queda da taxa de juros em ampliação da demanda privada.

O retorno da confiança, por sua vez, dependerá fortemente de três fatores: os desdobramentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4917, a ser julgada no dia 24 de abril pelo STF e que versa sobre a modificação das regras de distribuição dos royalties e da participação especial dos estados brasileiros; disciplinar os gastos públicos, em particular, o déficit do regime previdenciário; e a permanência ou não do Estado do Rio no regime de recuperação fiscal, a ser discutida em setembro deste ano.

Já segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também no Rio apomtou que o comércio varejista brasileiro fechou 2019 com um crescimento de 1,8% no volume de vendas.

O ano passado foi o terceiro consecutivo em que o varejo teve alta. No entanto, apresentou resultado inferior aos de 2018 (alta de 2,3%) e 2017 (2,1%).

Sete das oito atividades do varejo encerraram 2019 com alta. A exceção ficou com o segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, que recuou 20,7% em relação ao ano anterior.

Entre as atividades em alta, destacam-se artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (6,8%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (6%) e móveis e eletrodomésticos (3,6%).

Também tiveram crescimento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (0,8%), combustíveis e lubrificantes (0,6%), supermercados, alimentos, bebidas e fumo (0,4%), tecidos, vestuário e calçados (0,1%).

Considerando-se o varejo ampliado, que também inclui comércio de veículos e materiais de construção, 2019 registrou alta mais expressiva (3,9%) devido aos avanços de 10% no segmento de veículos, motos, partes e peças e de 4,3% nos materiais de construção.

Em relação à receita nominal, o varejo teve expansão de 5%. O varejo ampliado encerrou 2019 com receita 6,4% maior. Na passagem de novembro para dezembro, o comércio varejista teve queda de 0,1% no volume de vendas e alta de 0,6% na receita nominal.

Já o varejo ampliado apresentou queda de 0,8% no volume de vendas e manteve sua receita estável.

Na comparação com dezembro de 2018, o varejo teve altas de 2,6% no volume e de 6,6% na receita. O varejo ampliado, por sua vez, anotou crescimentos de 4,1% no volume e de 7,2% na receita.

Preço do peixe para Semana Santa deve variar entre 0,5% e 2,5%

Em janeiro, carnes bovinas tiveram queda, impactando aves e proteína suína; dados são da Associação Paulista de Supermercados.

Este ano, a Semana Santa acontece de 5 a 11 de abril e, segundo pesquisa da Associação Paulista de Supermercado (Apas), o aumento dos pescados deve ficar dentro da média histórica para o período. Por sofrerem menos choques de oferta e produção, o economista Thiago Berka destaca que desde 2012 os peixes, em geral, sobem +2,46%. Alguns pescados devem ter a inflação abaixo da prevista, como é o caso do bacalhau, que terá o preço do quilo variando entre R$ 69 e R$ 119 dependendo do tipo (dessalgado, tiras, postas, filé e sem espinhas) previsto aumento entre +0,5% a +1%.

"A economia mais aquecida em 2020 poderá fazer com que a projeção seja mais próxima dos anos pré-crise, assim os peixes devem ter aumento de +2,1% até +2,5%", ressalta Berka. O peixe que menos aumentou durante o ano de 2019 foi o cação. A espécie deve aumentar - no período - entre +1,5% e +1,9% em 2020. A merluza deve registrar um aumento de +0,5%, enquanto o camarão pode subir entre +0,9% e +1,9%.

Como meio para garantir o melhor preço, Berka indica para o consumidor a pesquisa e compra antecipada. "Durante a Semana Santa algumas promoções podem até acontecer, mas, por se tratar de um produto sazonal e importado, o supermercado já sabe até onde podem ir os descontos, já que precisa garantir que não irá ter perdas", indica Berka.

Em janeiro, as carnes bovinas tiveram quedas médias de -5,32%, porém alguns cortes registram deflação maior, como o caso do patinho (-10,78%), filé mignon (-8,87%), coxão duro (-8,71%), contrafilé (-7,81%), fraldinha (-6,88%) e coxão mole (-6,51%). Segundo o Índice de Preços dos Supermercados (IPS), calculado pela Apas/FIPE, o mês de janeiro registou uma inflação de +0,73% - menor que janeiro de 2019 (+0,98%). No ano passado, o setor fechou com a inflação em 5,73% sendo que em dezembro o índice foi de +2,41%.

O motivo da queda para o consumidor está no preço da arroba, que caiu de R$ 231 para R$ 193. "Devemos ter novas quedas da proteína bovina em fevereiro, uma vez que demora de um a dois meses para que queda efetivamente chegue ao consumidor. Assim que os estoques caírem e os supermercadistas realizarem novas compras com frigoríficos, o preço deve continuar caindo para o cliente, mas dificilmente os preços irão se recuperar do aumento de +30% praticado no fim de 2019", destaca o economista.

Ainda impactada pelo aumento na proteína bovina como opção de substituição, as carnes suínas subiram +2,34% em janeiro, desacelerando o ritmo de aumento, que foi de +5,4% e +15% em novembro e dezembro, respectivamente. No caso das aves, o preço subiu +1,98% em janeiro contra +6% e +8,53% dos dois últimos meses de 2019.

Em janeiro, o campeão de inflação foi o maracujá (+27,81%) seguido pela cenoura (+22,76%) por conta das chuvas que atingiram Minas Gerais e afetou os produtores em São Gotardo - forte produtor do estado.

"Com uma produtividade ruim, a cenoura deve permanecer em fevereiro com aumento de preço", lamenta Berka. A boa notícia para o consumidor é que o preço do limão caiu -25,7% e o café segue em queda e registrando um decréscimo de -6,37% nos últimos 12 meses.

AVISO DE LEILÃO

Wilkerson Machado dos Santos, Leiloeiro Público Oficial, matricula nº. 151 Jucerja, devidamente autorizado pela Caixa Econômica Federal, venderá nos dias 17/02/2020 e 02/03/2020, às 11 hs, na Rua do Passeio, 38/40, Torre 3, 7º. andar, Centro - RJ, imóveis situados nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, de acordo com o Edital de Leilão Público nº. 0005/2020 - CAIXA - 1º. Leilão e Edital de Leilão Público nº. 0006/2020 - CAIXA - 2º. Leilão. Edital na integra nos sites www.caixa.gov.br/ximoveis e www.machadoleiloes.com.br.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
50ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
AV. ERASMO BRAGA, 115, CASTELO, RIO DE JANEIRO-RJ
Tel.: (21) 3133-3173 - E-mail: cap50vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO PRESENCIAL E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, MOVIDA POR HILDA MARTINS ALVES MOTA em face de BR - A&B - EMPRESA DE ALIMENTAÇÃO LTDA. (SPICE GOURMET), CARLOS MORAIS LOPES
PROCESSO Nº 0032066-35.2017.8.19.0001, na forma abaixo:
O(A) Doutor(a) **CRISTINA DE ARAUJO GOES LAJCHTER** – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, **NA MODALIDADE PRESENCIAL: O Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, será no dia 25/03/2020 às 16:30h, e, o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 60% da avaliação, no dia 30/03/2020 às 16:30h, sendo realizado no Átrio Do Fórum Da Comarca Da Capital, Situado Na Avenida Erasmo Braga, 115, Hall Dos Elevadores, Centro - Rio De Janeiro. DO BEM A SER LEILOADO**: **Direito e Ação do Apartamento n° 610, bloco 07, na Av. Jornalista Tim Lopes, nº 255 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. Devidamente caracterizado e dimensionado no 9º Registro de Imóveis sob o nº 300044 e Inscrito na Prefeitura sob o nº: 3088411-8 – C.L. 215889 (...)** avaliado o imóvel acima descrito em R$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). **DOS DÉBITOS NA MATRÍCULA DO IMÓVEL**: Constam débitos de IPTU no valor de R$67.491,55, de Condomínio no valor de R$5.897,00 e de Funesbom no valor de R$770,16. Informações atualizadas sobre débitos de condomínio, IPTU, etc. e apresentação das certidões e RGI, no ato do leilão. Informações podem ser obtidas nos seguintes locais: Escritório do Leiloeiro situado na Avenida Almirante Barroso, nº 90, Grupo 608 – Centro, Rio de Janeiro, RJ. Site: www.alexandroleiloeiro.com.br. Telefone: (21)3559-2092 – (21)97500-8904. E-mail: contato@alexandroleiloeiro.com.br. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, **ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA AFIXADO NO FÓRUM, NOS AUTOS MENCIONADOS E NO SITE DO LEILOEIRO.** Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 21 de Janeiro de 2020. Eu, digitei __, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo __. (ass.) **CRISTINA DE ARAUJO GOES LAJCHTER** – Juiz de Direito.

BRACUHY AGRICULTURA E ENERGIA LTDA.
CNPJ 44.673.002/0001-17 - NIRE: 3320880512-2
Ata de Reunião de Sócios de Redução de Capital: 1. Data, Hora e Local: Aos dias 10/02/2020, às 12hs, na sede social de Bracuhy Agricultura e Energia Ltda., localizada à Rua Pedro I, nº 7, sala 401, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20.060-050 (a "Sociedade"). 2. Convocação: Dispensada na forma do §2º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 3. Presença: Sócios representativos da totalidade do capital votante da Sociedade, a saber, (i) Ruy Vasconcellos Paim Cunha, brasileiro, divorciado, economista, domiciliado na Rua Pedro I nº 7, sala 401, Centro, Município do Rio de Janeiro/RJ, CPF nº 332.851.367-15 e portador da Carteira de Identidade nº 10478–CORECON; (ii) Celina Vasconcelos Paim Cunha, brasileira, divorciado, arquiteta, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 434, 2 andar, apto 05, Juveve, Curitiba/PR CEP: 80035-110, CPF nº 330.530.227-53 e portadora da carteira de identidade nº 2488934-IFP; (iii) Ailin Sudo, brasileira, natural do Estado do Rio de Janeiro, solteira, administradora, residente e domiciliada no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Linda Batista, nº 54, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-620, CPF nº 035.116.407-33 e portadora da carteira de identidade nº 09958873-3; e ainda (iv) Espólio de Eugênia Vasconcellos Paim Cunha, CPF nº 546.834.407-68, representada por sua inventariante Nara Sudo, brasileira, solteira, nutricionista, portadora da identidade nº09958871-7 Detran e CPF nº 035.116.397-27, residente e domiciliada na Rua Raul Pompéia, nº 94, aptº 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ (o "Espólio") e, ainda, na qualidade de adquirentes de quotas de capital social da Sociedade, Nara Sudo, brasileira, solteira, nutricionista, portadora da identidade nº09958871-7 Detran e CPF nº 035.116.397-27, residente e domiciliada na Rua Raul Pompéia, nº 94, aptº 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ (a "Nara Sudo") e Iana Sudo, brasileira, solteira, psicóloga, portadora da identidade nº 10131265-0-IFP, e CPF nº 081.468.057-79, residente e domiciliada na Rua Raul Pompéia, nº 94, aptº 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ (a "Iana Sudo"), conjuntamente com a Nara Sudo e Ailin Sudo denominadas as "Sucessoras" ou as "Sucessoras de Eugenia Paim". Todos os ora signatários serão, conjunta ou individualmente, denominados os "Sócios" ou as "Partes". 4. Mesa: Ruy Vasconcellos Paim Cunha, já qualificado, como Presidente, e Adalberto Luqueci Thomaz, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 13.135, CPF nº 012.836.267-72, com escritório na Rua do Rosário, nº 61 Sala 302, Centro/RJ, como secretário. 5. Ordem do Dia: aprovação da redução de capital social da Sociedade. 6. Deliberações: Instalada a reunião, os sócios, por unanimidade, decidiram reduzir o capital social da Sociedade em R$ 5.016.191,00 (cinco milhões, dezesseis mil, cento e noventa e um reais). 6.1 Os sócios estabeleceram que a diminuição de capital ocorre por meio da liquidação de (i) 26.995 (vinte e seis mil novecentas e noventa e cinco) quotas detidas por Ruy V. Paim, (ii) 1.820.755 (hum milhão, oitocentas e vinte mil, setecentas e cinquenta e cindo) quotas detidas por Celina Paim e (iii) pela integralidade das quotas, 3.175.086 (três milhões, cento e setenta e cinco mil e oitenta e seis), detidas pelas Sucessoras de Eugenia Paim, aí incluída a participação de Ailin Sudo, dando, os Sócios, ampla e plena quitação à Sociedade pela restituição de capital, em valor nominal, daí decorrente. 6.3 Realizada a redução de capital, o capital passou a representar R$ 4.977.164,00 (quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e quatro reais), assim distribuído entre os sócios: Ruy Vasconcellos Paim Cunha, 70,43% do capital, 3.503.315 quotas, R$ 3.503.315,00 e Celina Vasconcellos Paim Cunha, 29,57% de participação, 1.473.849 quotas, R$ 1.473.849,00. 6.3 A redução de capital social ora ajustada decorre da compreensão pelos Sócios que o capital social anterior (R$ 10.000.000,00) era excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.084 do Código Civil. 6.4. O capital, reduzido, encontra-se integralmente subscrito e integralizado. 6.5. Os sócios se obrigam a, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação da presente, registrar a presente ata de reunião de sócios, bem como de alteração contratual que contemple tanto o aqui disposto, quanto outros ajustes que reputarem adequados para a Sociedade. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os sócios presentes. Rio de janeiro, 10/02/2020. Mesa: Ruy Vasconcellos Paim Cunha; Adalberto Luqueci. Presentes: Ruy Vasconcellos Paim Cunha; Celina Vasconcelos Paim Cunha; Ailin Sudo; Espólio de Eugênia V. Paim Cunha; Nara Sudo; Iana Sudo

Parlamentares criticam extinção de registro de corretores

Bolsonaro defende o chamado Contrato de Trabalho Verde e Amarelo

Parlamentares e entidades que representam corretores de seguros privados criticaram nesta terça-feira (11), em audiência pública na comissão mista do Senado Federal que analisa a MP 905/2019, que cria o chamado Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Dado ao impacto e repercussão, a audiência foi prorrogada por mais 60 dias.

A proposta defendida pelo presidente Bolsonaro acaba com a exigência de registro profissional para o exercício da atividade de corretores de seguros, jornalistas, radialistas, publicitários, atuários, artistas, arquivistas, sociólogos, secretários, e guardadores e lavadores de carros, autorizando qualquer trabalhador a exercer essas profissões.

Ao revogar a Lei 4.594, de 1964 (que regula a profissão de corretor de seguros), a MP retirou da Superintendência de Seguros Privados (Susep) - autarquia federal - a atribuição de regular e fiscalizar atuação dos corretores de seguros. O governo defende a autorregulação do setor.

Para o presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro do Estado do Rio de Janeiro (Sincor-RJ), Henrique Brandão, o governo desconhece a importância do trabalho do corretor de seguros e o acusou de acabar com a atividade. "Algum iluminado acordou e disse: hoje eu vou acabar com o corretor de seguros. Uma apólice de seguro tem letra pequena mas, no dia seguinte, é essa apólice suja com a lágrima de uma mãe que vai pagar o seguro de vida que o marido deixou para ela sustentar os filhos", afirmou.

Susep

Chamou atenção para o fato de que o profissional da corretagem de seguros "está preocupado com as vidas das pessoas" e enfatizou: "Tenho uma empresa com 300 funcionários, trabalhamos muito e o governo simplesmente um dia diz que minha empresa não existe mais. Isso é um delírio!".

Para Brandão, a Susep sempre foi vista como um "órgão regulador exclusivamente de insolvência".

"O setor pede há anos que projetos (para o segmento) avancem com velocidade. A Susep tem que primeiro se preocupar em flexibilizar as regras internas e melhorar o corpo interno".

Após afirmar que "o governo não tem ideia do trabalho do corretor de seguros", enfatizou que . "com todo respeito que tenho a Solange (superintendente da Susep) – uma profissional qualificada – ela ouviu meia dúzia de pessoas e resolveu construir junto ao governo uma MP importantíssima para o Estado Brasileiro e coloca uma jabuticaba no projeto para efetivamente desconstruir a atividade do corretor de seguros como se não fôssemos pessoas qualificadas. Somos qualificados e empregamos mais de 400 mil pessoas. A Susep tem que primeiro se preocupar em flexibilizar as regras internas e melhorar o corpo interno.

Regulamentação

O presidente da Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros (Fenacor), Armando Vergílio Júnior, sugeriu que a regulamentação da profissão seja mantida e que o debate sobre a autorregulação seja feito sem comprometer exigências mínimas para o exercício da atividade. Para ele, enquanto não for definido um novo marco legal para a atividade, o segmento de corretagem de seguros, que tem mais de 400 mil profissionais registrados, estará sujeito a incertezas jurídicas.

"Não exigir habilitação técnico-profissional é um erro crasso. Por isso, tem que ter um registro. Podem existir várias entidades reguladoras, mas o profissional tem que estar com seu registo — afirmou Vergílio Júnior.

Entre outros pontos, a MP 905 institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, que tem o objetivo de incentivar a contratação de jovens em busca do primeiro emprego, e também acaba com o registro profissional de jornalistas, radialistas, publicitários, atuários, artistas, arquivistas, sociólogos, secretários, corretores de seguros e guardadores e lavadores de carros, autorizando qualquer trabalhador a exercer essas profissões.

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), que é favorável à medida, fez um apelo para que o relator da matéria, deputado Christino Aureo (PP-RJ), exclua da MP o trecho relativo aos corretores de seguros. "Acho que é um ponto que está mal debatido e não é a questão central da MP", disse.

Já o senador Paulo Rocha (PT-PA) defendeu que esses temas envolvendo as profissões sejam discutidos em proposições distintas. "Se o governo quer mudar as coisas vamos fazer o enfrentamento. Quer acabar com as jornadas de trabalho? Manda uma medida provisória sobre jornada de trabalho de todas as profissões e vamos enfrentar esse debate. Quer acabar com as profissões? Manda um medida provisória para a gente discutir o código do trabalho. Agora dessa maneira, com um conjunto de assuntos que mexe com a vida de todo o país, eu não sei a quem interessa isso" criticou.

O deputado Hugo Leal (PSD-RJ), por sua vez, ressaltou que, além da revogação da Lei 4.594, de 1964, a MP revoga o Decreto-Lei 73, de 1966, o qual, segundo ele, foi recepcionado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como lei complementar, o que impediria que ele fosse alterado por medida provisória. "Nós já temos um problema constitucional. É vedada a edição de medida provisória sobre assunto reservado à lei complementar" pontuou Leal. Os senadores Esperidião Amin (PP-SC) e Paulo Paim (PT-RS) também criticaram o trecho relativo aos corretores de seguros.

PGBL ou VGBL: opção pela portabilidade para previdência corporativa

A previdência privada é uma tendência de investimento que tem crescido entre os brasileiros, pois garante um complemento da renda durante a aposentadoria. Entretanto, muitas pessoas ainda têm dúvidas sobre a melhor alternativa para contratação, entre um plano individual ou corporativo. Basicamente, há dois grupos de previdência privada: o aberto, que pode ser adquirido por qualquer cidadão por intermédio de bancos e seguradoras; e o fechado, também chamado de fundo de pensão, que aceita apenas pessoas integrantes de um determinado grupo, geralmente vinculado a uma empresa.

"Se a pessoa puder escolher, o sistema fechado corporativo geralmente traz mais vantagens ao participante do que os individuais, como taxas de administração menores, quando comparadas a um plano de previdência aberto, além de ter uma parte das contribuições pagas pela companhia. Muitas vezes, esse valor é equivalente ao aporte feito pelo funcionário", explica Ana Rita Petraroli, sócia-fundadora do Petraroli Advogados.

De acordo com a especialista, as empresas também têm vantagens ao oferecer esse benefício aos colaboradores, como isenções fiscais e uma maior probabilidade de retenção de talentos, com a valorização de seus empregados - representa uma segurança financeira extra e se torna mais atrativa para novas contratações.

Para quem já possui um plano aberto de previdência, pode surgir a dúvida entre continuar no sistema atual ou aderir ao plano corporativo. "Nesses casos, tanto para os planos PGBL como VGBL, o ideal é fazer a portabilidade para a previdência corporativa e aproveitar as menores taxas desses contratos. O contrário também pode ocorrer. Caso o funcionário se desligue da empresa, é possível realizar a portabilidade para um plano com as mesmas características por meio de uma instituição financeira ou seguradora", afirma Ana Rita.

Vale destacar que na portabilidade não há incidência de Imposto de Renda ou taxa de carregamento. Se o participante tiver optado pela tabela regressiva do IR - que começa em 35% e, após dez anos, chega a 10% -, o prazo continuará contando, sem ônus. Nesse processo, é importante verificar as condições financeiras e atuariais dos planos para os quais as reservas estão sendo transferidas, contando sempre com o auxílio de um profissional especializado.

Ainda em caso de desligamento, o funcionário também tem a opção de fazer um resgate, mas o valor depende das regras especificadas no contrato. Para isso, são consideradas algumas variáveis, como desligamento por iniciativa da empresa, com ou sem justa causa, ou por iniciativa do colaborador.

"O montante a ser resgatado varia de acordo com o regulamento do plano de cada companhia, que estipula as normas e períodos de carência, por exemplo, que podem estar relacionados ao tempo de serviço prestado ou de vinculação ao plano. O colaborador pode resgatar o valor total de suas contribuições individuais, mas a empresa determina no contrato o percentual que ele poderá retirar, dos aportes feitos pela instituição", destaca a advogada.

Lucro da Mapfre Brasil cresceu 90% em 2019

A Mapfre Brasil apresentou lucro de R$ 427 milhões em 2019, um crescimento de 80% em relação a 2018. O desempenho foi impulsionado pela evolução positiva de Seguros Gerais e de Automóvel, que melhorou seu índice combinado em mais de seis pontos percentuais. O ROE (retorno sobre patrimônio líquido) evoluiu em mais de quatro pontos, chegando a 9,6%.

O volume de prêmios subiu 2%, totalizando R$ 17,5 bilhões, sendo o negócio de Seguros Gerais responsável pelo maior resultado (R$ 7,2 bilhões), seguido pelo de Vida (R$ 6,6 bilhões) e o de Auto (R$ 3,7 bilhões). Em 2019, a regional brasileira indenizou R$ 3 bilhões a seus segurados. Também realizou mais de 1 milhão de assistências a pessoas, residências e veículos e recebeu 5 milhões de ligações em suas centrais de atendimento.

Para Fernando Pérez-Serrabona, CEO da Mapfre Brasil, o desempenho positivo reflete o foco da companhia na otimização de seus processos, com adoção de mais tecnologia e do aumento de sua eficiência operacional. A receita da Mapfre em 2019 foi de 28,5 bilhões de euros, 7% a mais do que em 2018, graças ao aumento de 2,2% nos prêmios, que alcançaram 23 bilhões de euros, e a maiores receitas financeiras. O lucro líquido da companhia fi-

SulAmérica: 14ª edição do programa Corretor Nova Geração

Até 14 de fevereiro, a SulAmérica realiza a 14ª edição do Corretor Nova Geração, programa que receberá, durante uma semana, 36 jovens de diferentes regiões do Brasil, parentes de corretores de todo o país para uma jornada de conhecimento, aperfeiçoamento e capacitação. Esses novos profissionais vão se reunir com executivos da seguradora e especialistas de áreas diversas em uma programação eclética e dinâmica, com foco em inovação e novos negócios.

Neste sétimo ano de evento (são duas edições anuais), a empresa apresenta, também, uma novidade no formato: ao final de todos os dias, os futuros corretores se reunirão em times e participarão de desafios. No último dia, uma equipe da SulAmérica vai avaliar e premiar o melhor projeto.

"Esse pitch é um formato novo e interessante que oferecemos a esses jovens que vamos receber e treinar com todo comprometimento que é intrínseco à SulAmérica.A SulAmérica acredita e investe no futuro da profissão de corretor de seguros. Nosso programa contribui para que a continuidade dos negócios familiares nesse segmento de mercado esteja em linha com os desejos da atual geração. Falamos sobre inovação, novas tecnologias, estratégias de venda, entre outros", explica André Lauzana, vice-presidente Comercial e de Marketing da SulAmérica. Terão visitas às dependências da empresa e conhecer os produtos da seguradora (Saúde e Odonto, Auto e Massificados, Investimentos, Vida e Previdência).

A importância de um evento que reúne mais de duas mil pessoas se mede também pelo número de patrocinadores. É isto o que sucede com o Brasesul, que acontecerá nos dias 14 e 15 maio no Hotel Rafain, em Foz do Iguaçu, Paraná.

As patrocinadoras que já confirmaram presença até o momento são: Bradesco, Capemisa, Escola de Negócios e Seguros, Essor, Gboex, HDI, Liberty, Mapfre, Mitsui Sumitomo, Porto Seguro, Pasi, Previsul, Sancor, Sompo, SulAmérica, Tokio Marine, Seguros Unimed e Zurich.

A comissão organizadora agradece a estes patrocinadores, sem os quais o evento não teria o sucesso já garantido por antecipação. As inscrições podem ser feitas pelo site www.brasesul.com.br.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA) – PRESENCIAL, com prazo de 10 dias. Jonas Rymer, Leiloeiro Oficial, matriculado na Jucerja sob o nº 079, devidamente autorizado pelo Proprietária/Credora Fiduciária, LEONEL MAGALHÃES 37 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ, sob o nº 12.268.431/0001-12, faz saber aos que virem o presente edital e interessar possa, especialmente a VANDERSON LUIZ MEZACASA, brasileiro, empresário, solteiro, portador da identidade nº 11100S158MTPS, inscrito no CPF sob o nº 052.028.617-02, que nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária, será realizado o 1º Leilão, no dia **30 de março de 2020, às 12:00 horas,** pelo valor atualizado do imóvel, e o 2º Leilão, no dia **16 de abril de 2020, às 12:00 horas,** pelo valor do débito e seus acessórios, no auditório de leilões do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, situado na Av. Erasmo Braga, nº 227, sala 1.008, Castelo – Rio de Janeiro – RJ. **IMÓVEL: Rua Leonel Magalhães, nº 37, apartamento 701, bloco 01, Charitas, Niterói / RJ; com direito a 02 (duas) vagas de garagem.** Matrícula nº 23.749, no 2º Ofício de Justiça de Niterói Registro de Imóveis. O 1º Leilão terá como lance mínimo o valor do imóvel, que corresponde a R$ 1.469.671,03. Se o 1º leilão não obtiver lance igual ou superior ao valor do imóvel, será realizado o 2º leilão, no qual será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a R$ 358.281,39, que representa, na presente data, o somatório das seguintes parcelas: (i) valor da dívida, (ii) valor das despesas, (iii) valor dos prêmios de seguro. O arrematante arcará com as prestações vincendas do imóvel, correspondentes a R$ 535.412,50, com o débito de IPTU do referido bem, no valor de R$ 36.008,98 (2016 até 2019), e com o débito de condomínio da unidade, correspondente a R$ 42.253,50. O valor do 2º leilão será ajustado até a data de sua realização em função dos encargos contratuais. Condições do leilão: A venda será realizada à vista. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como o pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação a título de comissão do leiloeiro, acrescido das despesas com o procedimento de leilão, escritura pública, imposto de transmissão, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação correrá por conta do comprador, porém, a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Maiores informações no escritório do Leiloeiro tel (21) 2532-2266.

Quer saber o que acontece no Brasil e no mundo?
monitordigital.com.br
Escolha informação de verdade
Monitor digital

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da Brasilcap Capitalização S.A. que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 04/02/2020, decidiu pelo pagamento de dividendos complementares à conta de lucro líquido constituído nas demonstrações financeiras findas em 31/12/2019, à razão de R$ 0,104704279 por ação, a serem pagos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, na data de 14/02/2020, ou seja, após a publicação do Balanço. O atendimento aos Senhores Acionistas será feito na sede da Companhia, no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Senador Dantas, 105 - 10º andar, no horário de 10h às 12h e de 14h às 16h, a partir do dia 14/02/2020.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2020
A Administração

MARIA TERESA DIAS BRAME, Leiloeira Pública Oficial – Jucerja 31, devidamente autorizada pelo Juízo da 35ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ, nos autos da Ação de Cobrança, ora em fase de Execução de Titulo Judicial, movida por **LIDERANCA CAPITALIZACAO S/A** em face de **N L DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LOTERICOS LTDA; ESPÓLIO DE JOAO DIRCEU REZENDE LACERDA; NORMA REZENDE LACERDA E JOAO DIRCEU LACERDA, processo nº 0185037-69.1998.8.19.0001 (1998.001.180253-3)**, comunica aos interessados que, no dia **02 DE MARÇO 2020, a partir das 15h:00min, na Trav. do Paço, 23, gr. 1211, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e, simultaneamente, através do site de leilões online: www.brameleiloes.com.br**, realizará o **1º Leilão Simultâneo**, dos imóveis penhorados, oportunidade em que os bens serão apregoados a quem mais der valor igual ou superior ao das avaliações judiciais de fls. 2.583/2.584, 2.591/2.592, 2.324/2.327, 2.319/2.322, 2.314/2.317, 2.587/2.588, 2.579/2.580, 2.309/2.312 e 2.304/2.307. Caso não haja interessado no 1º Leilão, o **2º Leilão Simultâneo** será realizado no dia **05 DE MARÇO DE 2020**, no mesmo horário e locais, ocasião em que os lances deverão ser superiores ao preço mínimo estipulado em 60% (sessenta por cento) do valor das avaliações, conforme decisão de index 2982/2984. **DESCRIÇÃO DOS BENS: Plena propriedade das salas comerciais 602, 612, 616, 617, 618, 620, 701, 702 e 705, todas com direito a uma vaga de garagem cada, indistintamente no 1º ou 2º subsolos, localizadas no edifício denominado "Vila Trade Center", sito à Avenida 28 de Setembro, 389, distrito do Andaraí/RJ, avaliadas, respectivamente, em R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais); R$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais); R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais); R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais); R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais); R$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais); R$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais); R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) e R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais). OBS: A integra do Edital de Leilão encontra-se afixado na sede do juízo e nos autos acima, e será publicado no sitio eletrônico da leileoira: www.brameleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro: www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.** Maiores informações pelo tel.: (21) 2533-2400 – Maria Teresa Dias Brame – Leiloeira Pública Oficial.

WhatsApp já é usado por 2 bilhões no mundo

Seis anos após a compra pelo Facebook é possível avaliar sua verdadeira função

O WhatsApp (aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz) anunciou nesta quarta-feira em uma publicação oficial que o aplicativo já é usado por 2 bilhões de pessoas em todo o mundo. A plataforma dobrou de tamanho desde 2017, quando anunciou que atingiu o primeiro bilhão de usuários. No Brasil, é largamente usado para envio de mensagens de texto, áudios e vídeos.

Os usuários podem enviar também documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. O software está disponível para Android, BlackBerry OS, iOS, Symbian, Windows Phone e Nokia. A empresa com o mesmo nome foi fundada em 2009 por Brian Acton e Jan Koum, ambos veteranos do Yahoo e está sediada em Santa Clara, na Califórnia.

Em seis anos o WhatsApp ganhou muitas funções. Nasceu como uma alternativa para as mensagens via SMS, mas logo o aplicativo se consagrou em todo o mundo como uma das plataformas de comunicação mais populares entre os usuários. Foi comprado por US$ 19 bilhões pelo Facebook, em 2014, mas continua operando como um app independente. É um dos mensageiros mais usados no mundo, muito popular em países como a Índia, além do Brasil.

Como funciona

Uma pergunta que todos fizeram na época da aquisição pelo Facebook: O WhatsApp não cobra assinatura. Não cobra para fazer o download. Não tem anúncios. Não tem compras dentro do aplicativo. Mas, então, como o WhatsApp ganha dinheiro?

Em dois anos depois que a marca foi comprada pelo Facebook, muita coisa mudou e algumas respostas vieram. Em agosto de 2016, o WhatsApp começou a compartilhar dados com o Facebook. O objetivo? Fomentar relações entre as bases de Facebook, WhatsApp e Instagram - sugerir amizades em uma rede baseado em contatos da outra, por exemplo - mas, principalmente, otimizar a recomendação de publicidade. Afinal, é aí que está o maior volume de faturamento do Facebook atualmente, destacou uma reportagem publicada pelo Uol. Além disso, em outubro de 2018 o então executivo-chefe do WhatsApp, Jan Koum, anunciou o WhatsApp Business. A versão para negócios já funciona no Brasil.

Com o rápido crescimento da ferramenta, o WhatsApp vem investindo nos últimos anos em melhorias e na adição de novos recursos. Hoje, o aplicativo é gratuito e oferece aos usuários serviços de mensagens de texto e áudio criptografadas, chamadas de voz e vídeo, envio e recebimento de diversos tipos de arquivos, além do compartilhamento de localização entre os usuários. O que se diz é que o WhatsApp não se paga. Em 2015, a dívida do aplicativo alcançou a marca de R$ 12,7 milhões, dívida que até o início de 2016 ainda não teria sido paga.

Comunicação

Focado em sua missão de "possibilitar que as pessoas se comuniquem sem barreiras em qualquer lugar do mundo", o WhatsApp tem, atualmente, mais de 1 bilhão de usuários e está presente em mais de 180 países. Ainda de acordo com a companhia, todos os dias são enviadas 55 bilhões de mensagens, 4,5 bilhões de fotos e 1 bilhão de vídeos através do app.

No comunicado em que anuncia a nova marca, o WhatsApp afirmou que encriptação, umas das características mais marcantes e polêmicas do aplicativo, é "uma necessidade da vida moderna" e que "suas conversas particulares ficam com você".

A criptografia de "ponta a ponta", como a utilizada pelo WhatsApp, garante que o conteúdo da mensagem seja decifrado apenas pelo destinatário final. Essa tecnologia do WhatsApp é celebrada, mas também questionada por "esconder" o que acontece dentro da plataforma. Em 2018, diante de casos graves de disseminação de boatos, o aplicativo optou por limitar os encaminhamentos de mensagem.

Na Índia, o maior mercado do aplicativo no mundo, o problema se tornou tão grave que linchamentos e mortes foram causados por boatos que surgiram no aplicativo.

EDP segue com venda de ativos para viabilizar novos investimentos

A elétrica EDP Renováveis, do grupo português EDP, concluiu a venda de seu parque eólico Babilônia, na Bahia, a uma empresa do grupo Actis por R$ 598 milhões. A empresa informou em comunicado nesta quarta-feira que a transação envolveu um total de R$ 1,2 bilhão pelo ativo, se consideradas dívidas. A elétrica, que se coloca como o quarto maior produtor de energia eólica do mundo, está se desfazendo de alguns ativos para viabilizar novos investimentos até 2022.

O parque eólico na Bahia, com capacidade de 137 megawatts, estava em operação desde o quarto trimestre de 2018. O empreendimento pertencia 100% à EDP Renováveis e tinha contratos de venda da produção por 20 anos fechados em um leilão realizado pelo governo brasileiro em 2015.

Está havendo no mercado brasileiro crescimento do número de projetos de energia renovável ancorados na venda da produção futura no chamado mercado livre de eletricidade - em que grandes clientes, como indústrias, podem negociar o suprimento diretamente com geradores e comercializadoras.

Focada em renováveis, a EDP tem uma meta estratégica de aumentar sua capacidade global em 7 gigawatts até 2022, dos quais 5,3 gigawatts estão assegurados por projetos já anunciados, incluindo o novo negócio solar no Brasil.

Em janeiro, a empresa obteve um contrato privado de venda de energia que viabilizará um novo projeto de geração solar no Brasil, a ser instalado na Paraíba. O empreendimento de energia solar, com 66 megawatts em capacidade, tem início das operações previsto para 2022. O projeto 'Lagoa' obteve contrato de 19 anos para venda de sua produção, segundo a EDP.

Além desse, outros negócios incluem um complexo solar a ser implementado no Rio Grande do Norte e um parque solar em São Paulo, ambos viabilizados também com contratos privados.

Marco legal das startups já tem plano de trabalho aprovado

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o chamado marco legal das startups (Projeto de Lei Complementar 146/19) aprovou nesta quarta-feira o plano de trabalho. A próxima reunião está prevista para 18 de fevereiro.

Dados da Associação Brasileira de Startups (Abstartups) mostram que, entre 2015 e 2019, o número de startups no país mais que triplicou, passando de cerca de 4 mil para 12,8 mil. No entanto, cerca de 54% estão sem nenhum tipo de faturamento; 72% não foram nem incubadas nem aceleradas; e 86% nunca receberam nenhum tipo de investimento. Daí a necessidade de um marco legal.

O projeto estabelece medidas de estímulo à criação de startups – pequenas empresas focadas no desenvolvimento de produtos ou serviços inovadores. Entre as medidas previstas, está um regime tributário simplificado e linhas de crédito específicas.

O relator, deputado Vinicius Poit (Novo-SP), explica que o objetivo da proposta é construir um "ambiente de empreendedor para todos, que gere oportunidade para todos." A previsão de entrega do relatório é 13 de maio.

Conforme a agência Câmara, o plano de trabalho prevê a realização de seis audiências públicas entre março e abril, para ouvir especialistas do setor, tanto do setor privado quanto da administração pública, incluindo o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

Estão previstas seis visitas técnicas a cidades brasileiras: Maceió (AL); São Paulo (SP); Recife (PE); Porto Alegre (RS); Belo Horizonte (MG); e Rio de Janeiro (RJ). Em janeiro, o colegiado já visitou Salvador (BA) e Florianópolis (SC).

Geração de emprego

Vinicius Poit apresentou dados de relatório especial do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de julho de 2018, intitulado Primeiro Emprego nos Pequenos Negócios, no qual se constata que os pequenos negócios são a "porta de entrada" para os trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho pela primeira vez.

"O estudo informa que, em 2017, os pequenos negócios deram oportunidade de emprego para 55% do mencionado conjunto de trabalhadores. As médias e grandes empresas, por sua vez, concentram 44% dessa mão de obra e as empresas da administração pública, o 1% restante", ressaltou o deputado.

O mercado brasileiro já conta com mais de 10 mil startups, segundo levantamento da Abstartups. A entidade identificou que quase metade das empresas de tecnologia no país, está sediada na região Sudeste. A região Norte tem apenas 332 startups ativas.

Após dois anos, Empiricus faz acordo com a CVM

A Empiricus Research fez um acordo de R$ 4,25 milhões com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para encerrar uma disputa que travava desde 2018 com o órgão que regula e fiscaliza os mercados de capitais do país. O termo de compromisso foi proposto pela própria empresa, que se apresentava ao mercado como uma publicadora e conteúdo, e não como uma empresa de análise, e era suspeita de fazer análises de investimento sem autorização.

A empresa chegou a ser advertida pelo Conar e multada pelo Procon-SP por publicidade enganosa após a polêmica do vídeo com a funcionária Bettina, que viralizou na internet. Com o termo de compromisso, serão arquivados dois processos abertos na CVM para investigar denúncia de que a Empiricus estaria distribuindo relatórios de análise de investimento e atividades privativas de analistas credenciados. No total, o termo de compromisso envolve o pagamento de R$ 4,25 milhões para encerrar os processos em curso na CVM.

Conforme o G1, a Empiricus pagará R$ 3 milhões em 4 prestações mensais. Haverá ainda um desembolso de R$ 500 mil em nome da Inversa (empresa que compartilha sócios com a Empiricus) e de R$ 50 mil em nome de cada um dos 15 analistas listados no termo. A empresa e seus analistas também aceitaram ser credenciados pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e atender às regras da CVM. O credenciamento deverá ser feito em até 60 dias.

O termo prevê o fim do litígio judicial entre Empiricus e CVM, com a renúncia pela empresa de uma ação que discutia se negócios da área editorial deveriam estar sujeitos à regulação da autarquia.

Em nota a CVM informou que entendeu a proposta como "suficiente para desestimular a prática de condutas semelhantes no mercado, sendo oportuno e conveniente realizar o acordo".

ACREDITE SE PUDER

Nelson Priori
npriori@monitormercantil.com.br

Moura Dubeux pagará dívidas com 90% dos R$ 1,25 bi captados

As ações da construtora e incorporadora imobiliária pernambucana Moura Dubeux Engenharia estreiam no pregão desta quinta-feira da B3. A empresa, ao que tudo indica, conseguiu realizar uma dos mais absurdas ofertas públicas de ações e, apesar do noticiário completamente desfavorável, está levantando cerca de R$ 1,25 bilhão, pois a precificação foi na faixa de R$ 19. A oferta foi coordenada pelo Itaú BBA, com a participação do Credit Suisse, BB Investimentos e Caixa Econômica Federal. Como 90% desses recursos serão destinados a liquidação de dívidas, não houve a revelação de quais são os principais bancos credores.

Em abril de 2016, Luís Carlos Pinto, no site Marco Zero, escreveu que o balanço financeiro da construtora não justifica a agressividade da empresa na campanha para tornar realidade o Projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres de até 40 andares em área histórica da cidade. E ressaltou: "A construtora, principal empresa do consórcio que pretende edificar o empreendimento no cais José Estelita, passa por uma situação preocupante e delicada em suas contas e na sua operação". O pior é que o empreendimento ainda não andou até o ano passado, devido a diversas disputas judiciais, apesar dos esforços desenvolvidos pelo consórcio.

Uma pergunta: o Itau não tinha a obrigação de informar essa situação? E a CVM, como fica?

SoftBank: receita cai 99%; ações, 12%

Por causa do seu maior fundo, o Vision Fund, que teve perda operacional de quase US$ 2 bilhões, o SoftBank registrou queda de 99% na receita do último trimestre de 2019. Mesmo assim, as ações do conglomerado japonês, listadas na bolsa e Tokyo, tiveram valorização de 12% no pregão desta quarta-feira. A maior parte do prejuízo do Vision Fund foi consequência dos investimento em empresas do tipo Uber e também pelos cancelamentos consecutivos dos IPOs da WeWork, que culminaram em um aporte emergencial do banco para que a startup de compartilhamento de escritórios continuasse operando.

O mau desempenho do SoftBank, no entanto, foram compensados pela decisão de um juiz de Nova York a favor da fusão da Sprint com a T-Mobile. Já as ações da operadora de telefonia móvel dispararam 78% com as notícias referentes ao acordo. Como a instituição japonesa possui quase 85% da Sprint e as ações da operadora de telefonia subiram 78%, o banco faturou mais de US$ 12 bilhões com a essa valorização. Analistas, porém, acreditam que o resultado do Vision Fund não deve ser ofuscado pela fusão e devem ser levados mais a sérios, pois representam uma fragilidade na estratégia de investimento do fundo.

Lucro da Tim aumentou quase 30%

A receita da Tim cresceu 2,9%, para R$ 4,58 bilhões, no quarto trimestre do ano passado, devido a redução de 2,6% na base de clientes, que ficou em 54,4 milhões de assinantes, sendo que o número dos do pré-pago caiu 7,6%, para 32,9 milhões de pessoas. O lucro, no entanto, teve crescimento de 29,7% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O desempenho da operadora de telefonia móvel foi recebido com frieza pelos analistas. Os do Itaú BBA mantiveram a classificação de acima da média para as ações da companhia, mas não altararam o preço-alvo, que permaneceu em R$ 22,30, sinalizando uma alta de apenas 4,25% para este ano sobre o valor atual. Classificaram os resultados como positivos, mas de acordo com as estimativas, sendo que o Ebtida foi um pouco superior às projeções. Porém, alertam que o para o fato que o endividamento cresceu, e as provisões para as dívidas aumentaram 25% em uma base anual, chegando a 2,8% do faturamento bruto, apesar do declínio trimestral.

Espanha prende ex-CEO da Pemex

Por receber propina de US$ 12 milhões da Odebrecht na construção da siderúrgica Altos Homos, do Mexico, Emilio Lozoya foi preso na Espanha. O ex-CEO da estatal Pemex foge desde maio de 2019, pois também enfrenta outra investigação de corrupção. O México pede a sua extradição.

WESTFAL-LARSEN SHIPPING
DO BRASIL COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA.
CNPJ Nº 30.037.279/0001-49

AVISO AOS ACIONISTAS - Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas em sua sede social, os documentos a que se refere o artigo nº 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Rio de Janeiro, 11/02/2020.

COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAUDE – TEC LAR SAUDE LTDA.
C.N.P.J 27.820.523/0001-30
Sede: Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 500, sala 1003, Centro Niterói RJ, CEP 24020-077.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO-ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

A Presidente da **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAUDE – TEC - LAR SAUDE LTDA.**, usando das suas atribuições que lhe confere o Estatuto e de conformidade com decisão do Conselho de Administração, CONVOCA os senhores Associados para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a ser realizada nesta cidade à Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 500, sala 1003, Centro Niterói RJ, CEP 24020-077, no dia **27 de Fevereiro de 2020**, às 10:00h, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de Cooperados; em segunda convocação às 11:00h, com a presença de metade mais um dos Cooperados, ou ainda, em terceira e última convocação, às 12:00h, com a presen&coedil ;a de no mínimo, 10 sócios, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1: Leitura, discussão e julgamento do relatório de Administração, incluindo Balanço Geral de 2017 e 2018 referente a prestação de contas dos exercícios sociais já encerrados; 2: Contratação da plataforma de ensino profissionalizante IBKL; 3: Alteração da sede – mudança de endereço; 4: Assuntos Gerais; Niterói, 12 de fevereiro de 2020.

PRESIDENTE
COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS